

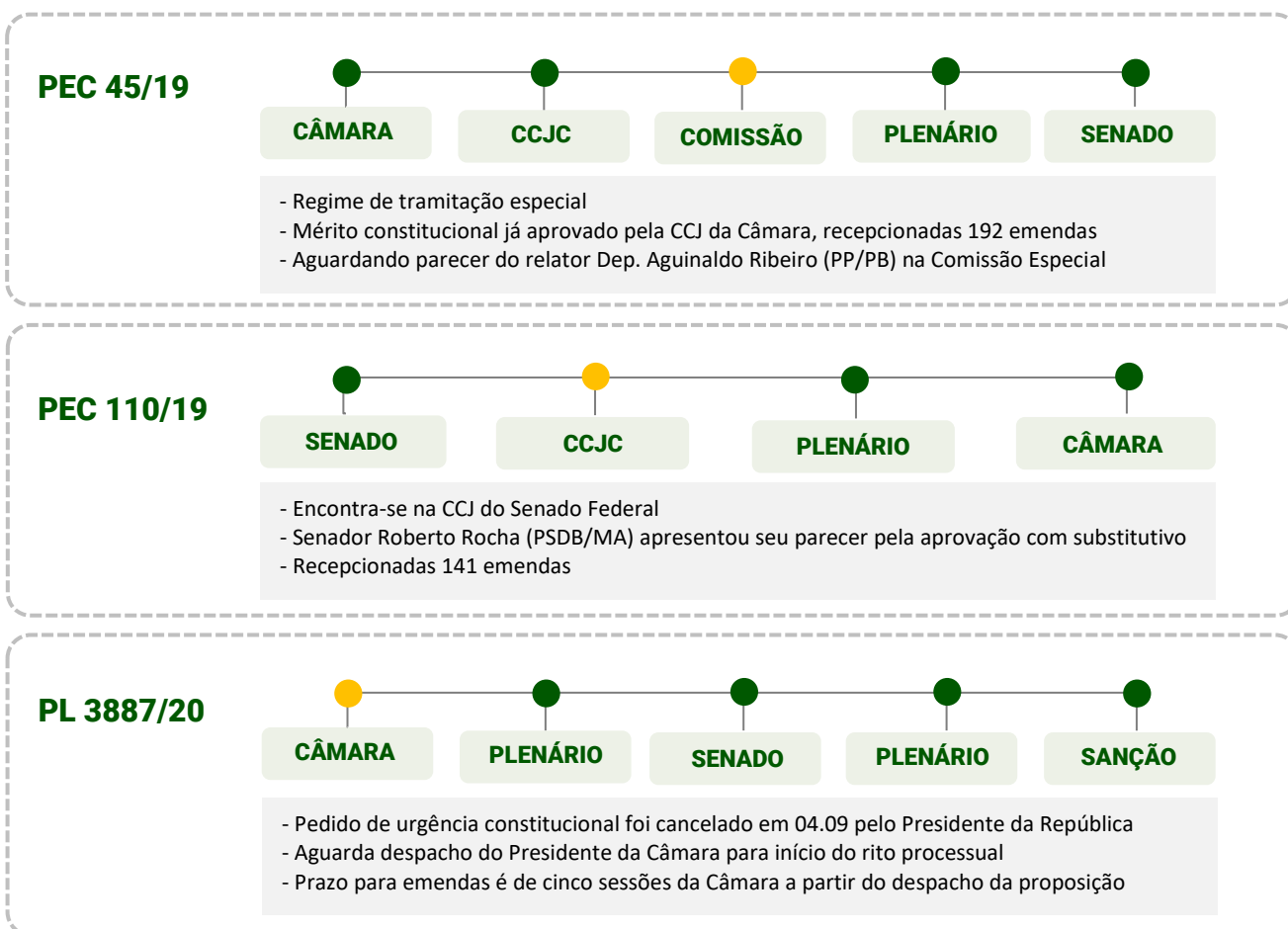
## Os desafios da reforma tributária

A realização de uma ampla revisão no sistema tributário brasileiro, que elimine os obstáculos para uma produção mais eficiente e menos custosa, há anos, é almejada por todos os segmentos da sociedade. Aliás, nosso sistema de arrecadação é caracterizado por uma elevada carga de tributos, diferentes alíquotas e burocracia que drenam a competitividade das empresas.

Neste ano, com o advento da crise sanitária e econômica provocada pela pandemia do coronavírus e o aumento dos gastos públicos necessários para o seu enfrentamento, a discussão em torno da reforma tributária ganhou novo fôlego na agenda política.

Das propostas que tramitam no Congresso Nacional para alteração da legislação tributária federal, duas Propostas de Emendas à Constituição, a PEC 45/19 (PEC da Câmara) e a PEC 110/19 (PEC do Senado), mais o Projeto de Lei 3.887/20, do Poder Executivo, são as que têm tido maior destaque.

**Figura 01. Status da tramitação das principais propostas de Reforma Tributária no Congresso Nacional.**



## Impactos sobre a produção agropecuária

O Brasil precisa de uma reforma tributária ampla e efetiva, que simplifique o sistema, reduza o custo de observância fiscal e, ao mesmo tempo, fortaleça nossas vocações econômicas, sociais e culturais.

Nesse contexto, a produção agropecuária deve ser ressaltada pelas suas vantagens comparativas, sua representatividade no PIB do país, a geração de empregos e renda. A importância se amplia ao se considerar as funções de segurança alimentar e conservação do meio ambiente e recursos hídricos.

Na prática, analisando a PEC da Câmara (PEC 45/19), a PEC do Senado (PEC 110/19) e o Projeto de Lei do Governo Federal (PL 3.887/20 – primeira parte), o que se observa é o contrário, propostas que elevam a tributação no setor agropecuário, extinguem incentivos fiscais e, talvez, gerem uma maior complexidade e insegurança jurídica.

### Quadro 01. Impacto das propostas de reforma tributária sobre a produção agropecuária.

PROBABILIDADES	PEC 45/19	PEC 110/19	PL 3.887/20
Aumento da carga tributária	alta	alta	alta
Alíquota única majorada	alta	alta	alta
Fim da desoneração da cesta básica	alta	média	média
Extinção de benefícios fiscais	alta	média	alta
Redução do crédito presumido	alta	média	alta
Tributação de insumos agropecuários	alta	baixa	alta
Dificuldade de ressarcimento de créditos	alta	alta	alta
Acúmulo de créditos agroindústrias	alta	alta	alta
Imposto seletivo, monofasia	alta	alta	alta
Tributação de produtor rural pessoa física	alta	alta	baixa

Fonte: Elaborado pelo Departamento Econômico da FAESP.

Todas as três propostas, em menor ou maior grau, necessitam de ajustes, pois são prejudiciais ao setor rural, com efeitos negativos ao longo da cadeia produtiva. Mas, a PEC 45/19, que tramita na Câmara dos Deputados, sem dúvidas, é a mais danosa.

Para o produtor rural, o impacto imediato se dá pelo aumento dos custos e diminuição das receitas, pois passaria a recolher tributo sobre o faturamento e a pagar mais pelos insumos agrícolas que hoje contam com isenções e reduções de alíquotas. Os insumos podem ser tributados em 25% com a criação do novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de acordo com o texto da PEC 45/19.

O resultado dessa proposição chegará ao consumidor, via aumento de custo dos alimentos e término da desoneração da cesta básica, acarretando inflação e diminuição do poder de compra das famílias.

Quem acaba por sentir mais intensamente o impacto desse custo sobre a renda são as famílias de mais baixa renda, que têm um maior comprometimento de seu orçamento com a alimentação.

## Considerações finais

A voz do campo precisa ser ouvida para não haver aumento de tributos sobre o setor agropecuário, que já é bastante onerado – respondeu por 21,5% do total da arrecadação em 2018 – e o menos beneficiado por subsídios tributários, com uma participação de apenas 9,7% das isenções concedidas, contra 77,2% voltado para o setor de comércio e serviços e 13,1% para a indústria.

O momento é de união e forte mobilização junto aos Senadores, Deputados Federais e demais lideranças políticas do nosso Estado e da bancada ruralista no Congresso Nacional, solicitando uma profunda análise crítica das propostas para que as distorções acima apontadas sejam corrigidas, a fim de evitar a penalização do setor rural.

Deve-se formar um senso comum entre os diversos setores da economia para construção de um modelo de tributação mais justo e proporcional, que não aumente a carga tributária sobre o agro, não tribute os alimentos, os insumos agrícolas e não transforme o produtor rural em pessoa jurídica.

A expectativa é que o relator da matéria na **Comissão Mista Temporária**, o Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB) apresente seu parecer até o final de setembro, reunindo os três principais textos em uma proposta única de Reforma Tributária. A Comissão é formada por **25 deputados e 25 senadores**. Os representantes da bancada paulista são: Senador José Serra (PSDB), Senador Major Olímpio (PSL), Deputador Vitor Lippi (PSDB), Deputado Alexis Fonteyne (NOVO) e o Deputado Enrico Misasi (PV).

Para um país que precisa fortalecer seu setor produtivo e crescer, não há como não concordar que o regime tributário vigente é asfixiante e burocrático. O setor agropecuário paulista é a favor da Reforma Tributária e vê oportunidades para robustecer a competitividade do agronegócio brasileiro e estimular a economia, com geração de renda, empregos e desenvolvimento social e econômico.

Sob este aspecto, o governo precisa promover reformas estruturais que criem condições de estímulo ao investimento e crescimento econômico. Desta forma, a discussão da Reforma Tributária deve seguir as seguintes premissas defendidas pelo Sistema FAESP/SENAR/Sindicatos Rurais:

**Figura 02. Premissas defendidas pela FAESP para a discussão da Reforma Tributária.**

**Reforma tributária não  
pode servir para  
resolver o problema  
fiscal do governo**

**Reforma administrativa e  
o ajuste fiscal precisam  
ser discutidos  
simultaneamente**

**Simplificação e  
racionalização do sistema  
tributário devem estar no  
centro do debate**